



REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A TEMÁTICA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE NAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO DE 2007 A 2017

BIBLIOGRAPHIC REVIEW ON THE THEME OF YOUTH POLITICAL PARTICIPATION IN RESEARCH IN EDUCATION 2007 TO 2017

 Valéria Lopes Peçanha

Doutora em Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA.

Santarém, PA – Brasil.

valeria.lopes@ifpa.edu.br

Resumo: Na presente revisão bibliográfica, busca-se reconhecer a produção acadêmica acerca da temática da participação política da juventude no Brasil entre os anos de 2007 e 2017, tendo como base o levantamento de artigos publicados em 10 periódicos brasileiros da área da Educação com classificação A1 no sistema Qualis e chegando ao agrupamento de 20 artigos que problematizam a participação política juvenil. Tal agrupamento foi perspectivado segundo: i) as focalizações da participação política da juventude; ii) os aportes teóricos e metodológicos mobilizados pelas pesquisas; iii) a pertinência dos contextos escolares; e iv) a presença das questões de gênero e sexualidade. Verifica-se que o aumento da visibilidade da ação política da juventude pelas ocupações estudantis foi acompanhado do adensamento das publicações acadêmicas, destacando-se a relevância das questões de gênero e sexualidade e, por outro lado, a baixa incidência de mobilizações dos Estudos da Juventude nestes trabalhos.

Palavras-chave: juventude; educação; participação política; ocupações estudantis; gênero e sexualidade.

Abstract: In this bibliographic review, we seek to recognize an academic production about the thematic participation of youth participation in Brazil between the years of 2007 and a survey of articles published in 10 Brazilian journals and surveys in the area of Education with A1 classification in the Qualis system and reaching the grouping of 20 articles that problematize youth political participation. This grouping was focused according to: i) the focus of youth political participation, ii) the theoretical and methodological contributions mobilized by the research, iii) the relevance of school contexts and iv) the presence of gender and sexuality issues. Verifying the increase in the visibility of student youth was accompanied by the densification of publications, highlighting gender and sexuality issues, on the other hand, the low incidence of mobilization of youth studies in these works.

Keywords: youth; education; participation policy; student occupations; gender and sexuality.

Para citar – ABNT NBR 6023:2018

PEÇANHA, Valéria Lopes. Revisão bibliográfica sobre a temática da participação política da juventude nas pesquisas em educação de 2007 a 2017. *Cadernos de Pós-graduação*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 181-192, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/cpg.v21n2.22206>.

1 Introdução

No contexto de maior visibilidade da ação política estudantil a partir dos anos de 2015 e 2016, quando ocorreria a *Primavera Estudantil*, intensificaram-se as publicações em torno da temática da participação política da juventude e se produziram novas problematizações sobre a relação entre juventude e política, diante dos desafios teóricos de compreensão das novas demandas e estratégias construídas por tais sujeitos.

Como parte da pesquisa junto ao movimento secundarista na atualidade¹, a presente revisão tem como referência produções anteriores como a edição especial sobre Juventude e Contemporaneidade da *Revista Brasileira de Educação* de 1997 e o relevante estado da arte em trabalho publicado por Sposito (2009) em colaboração com o Observatório da Juventude da UFMG e o Observatório Jovem da UFF. Assim, consideramos a pertinência desse tipo de balanço para o fortalecimento dos Estudos da Juventude no Brasil, reafirmado pela expansão da produção sobre participação política da juventude.

Tendo como recorte as publicações acadêmicas no campo da Educação entre os anos de 2007 e 2017, buscamos nesta revisão bibliográfica reconhecer a temática da participação política da juventude no Brasil, focalizando contextos de escolarização e expressões das questões de gênero e sexualidade que se destacam em abordagens contemporâneas.

Conjuntamente, esse período é marcado pela construção jurídica e institucional do jovem como sujeito de direitos que, no decurso dos anos de 1990 e 2000, constituem uma etapa de avanço dos marcos legais, teórico-conceituais e político-institucionais direcionados à juventude (ABRAMO, 1997; 2005) – a exemplo do Estatuto da Juventude (2013), em que se afirmam o direito à participação política e a noção de protagonismo da juventude.

Neste trabalho, contamos com o levantamento² realizado no 2º semestre de 2018 pelo Grupo de Estudos sobre Diferença e Desigualdade na Educação Escolar da Juventude (DDEEJ/UERJ), que gerou uma base significativa de artigos publicados em dez periódicos brasileiros da área da Educação com classificação A1 no sistema Qualis, a partir da qual agrupamos 20

¹ Esta revisão compõe os estudos relacionados ao desenvolvimento da tese de doutorado *Sem temer: demandas de gênero e sexualidade e deslocamentos na tradição do movimento estudantil do Colégio Pedro II*, defendida em julho de 2021 sob orientação da Profª. Drª. Miriam Leite no ProPEd/UERJ. Nossa abordagem da ação política juvenil no contexto escolar, focalizada nas questões de gênero e sexualidade, orientou nossa perspectiva na realização desta pesquisa bibliográfica.

² Neste levantamento bibliográfico sobre juventude em periódicos da área da Educação no Brasil entre 2007 a 2017, foram levantadas 4.169 publicações de artigos com menções sobre juventude, sendo 2.470 com um ou mais termos de busca. A análise dos artigos selecionados em função da identificação dos termos de busca foi, então, categorizada quanto à centralidade do descritor juventude em três classes: menciona, refere e problematiza. Com base neste último agrupamento de publicações com problematizações da categoria juventude, levantamos os que se relacionavam à temática da participação política, chegando a um total de 20 artigos em dez periódicos classificados como A1 no Qualis-Periódicos (Webqualis), distribuídos da seguinte forma: *Cadernos de Pesquisa* (0), *Caderno Cedes* (0), *Educação e Pesquisa* (0), *Educação em Revista* (0), *Educação e Realidade* (1), *Educar em Revista* (3), *Educação & Sociedade* (1), *Educação Temática Digital* (14), *Proposições* (0) e *Revista Brasileira de Educação* (1). Quanto ao ano de publicação, os artigos selecionados se dividem da seguinte forma: 1 artigo em 2008, 2 em 2010, 1 em 2013, 1 em 2014, 1 em 2015, 1 em 2016 e 13 artigos publicados em 2017, ano de publicação da edição especial da *Revista Temática Digital* sobre as ocupações estudantis.

artigos sobre participação política da juventude.

Buscamos verificar na análise deste agrupamento: i) as focalizações da participação política da juventude; ii) os aportes teóricos e metodológicos mobilizados pelas pesquisas; iii) a pertinência dos contextos escolares; e iv) a presença das questões de gênero e sexualidade. Tais enfoques nos guiam na pesquisa bibliográfica que passamos a expor.

Os artigos selecionados podem ser assim agrupados quanto às temáticas abordadas: culturas juvenis (MENEZES; COSTA; FERREIRA, 2010; ALMEIDA; BASTOS, 2015), participação política na escola (MENEZES; COSTA; FERREIRA, 2010; DAYRELL; GOMES; LEÃO, 2010; MARTINS; DAYRELL, 2013; MENEZES; FERREIRA, 2014) e mobilização estudantil (ZIBAS, 2008). Entretanto, as produções sobre a temática da participação política juvenil foram acrescidas de um contingente expressivo de publicações sobre o fenômeno das ocupações estudantis (CATTINI; MELLO, 2016; COUTINHO; ANDRADE, 2017; LARCHERT, 2017; LEITE, 2017; FLATCH; SCHLESENER, 2017; GROppo; TREVISAN; BORGES; BENETTI, 2017; RATTO; GRESpan; HADLER, 2017; CORSINO; ZAN, 2017; SEVERO; SEGUNDO, 2017; PAES; PIPANO, 2017; SILVA; MELO, 2017; APSIS, 2017; COSTA; SANTOS, 2017; ALVIM; RODRIGUES, 2017), que apresentam elementos específicos como buscaremos sistematizar.

2 A participação política da juventude nas pesquisas em Educação de 2007 a 2017

O tema culturas juvenis aparece numa perspectiva que o aproxima da questão da participação política na escola, indicando certo deslocamento das relações institucionais pela educação democrática – ainda que de forma não homogênea – e a afirmação da escola como espaço público participativo (MENEZES; COSTA; FERREIRA, 2010). Destaca-se o reconhecimento das culturas juvenis como elemento de democratização da educação, em decorrência das demandas geradas pelos sujeitos da educação em suas experiências educacionais e da abertura da escola aos desafios trazidos por eles (MENEZES; COSTA; FERREIRA, 2010; ALMEIDA; BASTOS, 2015).

Assim, a participação política juvenil é relacionada ao fortalecimento das relações educacionais, possibilitando uma nova socialização escolar em instituições que se abrem aos “espaços de participação institucionais, como os grêmios estudantis e os conselhos escolares” (MENEZES; COSTA; FERREIRA, 2010, p. 86).

Problematizando a heterogeneidade desse processo, em que a “valorização positiva da ação coletiva” coexiste com a “descrença na eficácia do engajamento” entre a juventude, Dayrell, Gomes e Leão (2010) investigam a relação de experiências de escolarização e participação política, revelando correlações entre baixos índices de participação dos jovens e carência de canais de efetiva participação em instituições escolares pouco abertas às demandas de fortalecimento da cidadania e

da socialização política.

No contexto educacional de Portugal, abordado por Menezes e Ferreira (2014), a superação da cidadania meramente “retórica [e] sem impacto relevante no cotidiano das escolas e dos alunos” demanda a construção de novas políticas educacionais, metodologicamente orientadas à participação e politicamente orientadas ao fortalecimento da democracia, sendo percebida como fundamental a presença de “jovens criando formas de participação nos contextos com potencial reflexivo e politizador” (p. 135).

A análise da participação estudantil no grêmio escolar realizada por Martins e Dayrell (2013) em estudo de caso problematiza a relação entre juventude e escola a partir da coexistência não harmônica entre “duas lógicas, a lógica da participação no grêmio e a lógica dos tempos escolares” (p. 1.271). Os autores indicam que “a estrutura rígida dos tempos, bem como o funcionamento tradicional hierárquico e a centralização do poder, são obstáculos enfrentados pelos jovens” (p. 1.271) e “a lógica dos jovens tende a não se enquadrar em uma lógica burocratizada”, constituindo um “ritmo particular, [com] uma dinâmica e organização próprias” (p. 1.270), intitulado pelos autores como organização desorganizada.

Dentre os artigos que tratam de mobilizações estudantis, destaca-se a abordagem de Zibas sobre a histórica atuação do movimento estudantil chileno na Revolta dos Pinguins ocorrida em 2006. Nessa mobilização são apresentadas à sociedade chilena demandas de superação das desigualdades e dos autoritarismos característicos daquele modelo educacional que, instaurado no governo ditatorial de Pinochet e preservado pelos governos democráticos, tornou-se parâmetro para políticas educacionais neoliberais em outros países latino-americanos (ZIBAS, 2008).

Com efeito, a mobilização dos estudantes chilenos também influenciaria as ocupações secundaristas no Brasil, quando a participação política estudantil ganhou um novo fluxo de ações e reflexões, cuja abordagem nas pesquisas em Educação passamos a analisar.

O grupo de artigos que tratam das ocupações estudantis se caracteriza por uma ampla dispersão teórica e metodológica entre perspectivas distintas, destacando-se a recorrência do engajamento dos autores como apoiadores das ocupações e a realização de visitas às escolas ocupadas como forma de observação dos trabalhos produzidos (CATINI; MELLO, 2016; COUTINHO; ANDRADE, 2017; LEITE, 2017), além de referências à pesquisa de campo (GROPPO; TREVISAN; BORGES; BENETTI, 2017), à etnografia (CORSINO; ZAN, 2017), à cartografia (ALVIM; RODRIGUES, 2017), a grupos de discussão (SEVERO; SEGUNDO, 2017) e a métodos de análise das redes sociais (COSTA; SANTOS, 2017; PAES; PIPANO, 2017; RATTO; GRESPAN; HADLER, 2017).

O relato de Alvim e Rodrigues sobre sua visita a uma escola pública capixaba registra a

experiência de encontro possibilitada pelas ocupações recorrente entre esses professores-pesquisadores:

Fomos recebidos por uma comissão de segurança predominantemente feminina. Uma das alunas nos levou para conhecer a escola ocupada. Ela nos apresentou as salas de aula, a cozinha e a sacada do colégio com sua bela vista para o porto de Vitória. Tudo estava impecavelmente limpo e organizado. Em seguida fomos conduzidos para a sala onde ocorreria a atividade (ALVIM; RODRIGUES, 2017, p. 86).

Destaca-se a ênfase no potencial político-pedagógico das ocupações estudantis, tanto pelas atividades pedagógicas desenvolvidas pelos estudantes durante as ocupações quanto pelo modo de organização das tarefas de gestão das escolas ocupadas (CATINI; MELLO, 2016; SEVERO; SEGUNDO, 2017; CORSINO; ZAN, 2017; ALVIM; RODRIGUES, 2017; COSTA; SANTOS, 2017; PAES; PIPANO, 2017; GROppo; TREVISAN; BORGES; BENETTI, 2017; COUTINHO; ANDRADE, 2017; APSIS, 2017; LARCHERT, 2017; LEITE, 2017), além da significativa presença feminina, de que trataremos adiante.

Mobilizando um elemento diferencial nas ocupações estudantis, registram-se trabalhos sobre ciberativismo – para pensar na participação política por meio do espaço virtual³ (RATTO; GRESPAN; HADLER, 2017; COSTA; SANTOS, 2017) – que tratam das estratégias de comunicação com intenso uso das redes sociais e de novas tecnologias na participação política dos estudantes, integrando o espaço virtual ao escolar em suas problematizações (ALVIM; RODRIGUES, 2017; SILVA; MELO, 2017). Silva e Melo (2017) apontam para a confluência de modos presenciais e digitais de participação, que se tornou visíveis com o uso de *hashtags*⁴.

Caracterizando este uso massivo das redes sociais pelas ocupações estudantis observadas em Porto Alegre/RS como “dupla ocupação”, dada a “invasão no território virtual” (COSTA; SANTOS, 2017, p. 56), entende-se que há nesses movimentos “uma inteligência coletiva potencializada pelo uso das ferramentas virtuais” (p. 69), uma vez que, “ao invés de meros receptores, esses jovens tornam-se produtores e difusores de saberes e de informações, caracterizando uma nova paisagem político-cognitiva” (p. 69).

De modo convergente, Ratto, Grespan e Hadler (2017) apontam que o uso do espaço virtual pelos ocupantes constitui novos modos de experimentar e produzir esfera pública, com expansão das possibilidades de comunicação e de mobilização. Assim, os dispositivos móveis são uma “arma de luta desses ciberativistas na construção de espaços de aprendizagem política e social, de autorrepresentação e de coletividade” (RATTO; GRESPAN; HADLER, 2017, p. 105), num

³ Nas mobilizações feitas pelos autores sobre ativismos políticos no espaço virtual, destaca-se a proposição de Pierre Lévy sobre os conceitos de cibercultura e ciberdemocracia.

⁴ A ocupação estudantil do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) em 2016 foi identificada no espaço virtual como #OcupalSERJ, por exemplo.

contexto de intensa manipulação midiática contra os ocupantes (apresentados como vândalos e abjetos) e de aumento da criminalização dos movimentos sociais.

É possível observar a incidência do neoconservadorismo na Educação, mencionada em diversos trabalhos (ALVIM; RODRIGUES, 2017; COSTA; SANTOS, 2017; PAES; PIPANO, 2017; SEVERO; SEGUNDO, 2017), que se referem a ações persecutórias do programa Escola Sem Partido. Abordando tal questão de modo mais direto, as autoras e estudantes ocupantes Silva e Melo explicitam o posicionamento estudantil diante da sistemática acusação de doutrinação de estudantes por seus professores e da obstrução às demandas da juventude, entendendo que se trata “de um retrocesso por restringir os conteúdos de ensino, além de dificultar o pluralismo de ideias no âmbito educacional. A mobilização estudantil se manifestou contra esse projeto que ameaça a democracia, na medida em que busca controlar os processos pedagógicos” (SILVA; MELO, 2017, p. 122).

Em trabalhos que mobilizam teorias dos novos movimentos sociais para a análise das ocupações estudantis (SEVERO; SEGUNDO, 2017; GROppo; TREVISAN; BORGES; BENETTI, 2017; RATTO; GRESPAN; HADLER, 2017), são destacadas características como horizontalidade, autogestão e autonomia desses sujeitos nas suas relações com os poderes institucionais e demais sujeitos coletivos. Articulando tais teorizações com o ciberativismo, Ratto, Grespan e Hadler (2017) indicam traços de proximidade das ocupações com mobilizações autonomistas anteriores, como Occupy e Jornadas de Junho, às quais já se atribuíam características como horizontalidade e protagonismo da juventude.

Destacam-se ainda reflexões sobre as experiências dos estudantes ocupantes de modo mais próximo das questões de classe, mobilizando teorizações dos movimentos sociais tradicionais (CATTINI; MELLO, 2016; FLACH; SCHLESENER, 2017).

Contudo, no conjunto de textos analisados sobre as ocupações estudantis, verifica-se baixa incidência de mobilizações dos Estudos da Juventude. Presentes nos artigos de Ratto, Grespan e Hadler (2017) e Leite (2017), tais contribuições são basilares para pensar a participação política da juventude estudantil desde a processualidade, a multiplicidade e a heterogeneidade da categoria destacada por esses autores, como vemos:

As principais características do movimento estudantil são: a transitoriedade, aqueles/as que compõem o movimento dedicam parte do seu tempo a essa luta e tem prazo determinado a sua militância, têm uma multiplicidade de identidades (gênero, raça/etnia, sexualidade, classe social, geracional) e o “estar estudante” não é perpétuo; a juventude; e a educação. Apesar dessas características não devemos pensá-lo somente como uma “etapa”, pois em muitos casos o movimento estudantil é a primeira atuação na militância política, não significando imaturidade ou insignificância dessa militância, e sim a valorização do papel potencialmente contestador da juventude (RATTO; GRESPAN; HADLER, 2017, p. 102).

Partindo da perspectiva de multiplicidade de identidades (RATTO; GRESPAN; HADLER, 2017; LEITE, 2017), passamos a analisar as abordagens de juventude e participação política que apresentam problematizações sobre gênero e sexualidade, na esteira da tendência verificada de crescimento de abordagens com essa focalização.

Ainda que não constitua o foco do artigo, Ratto, Grespan e Hadler (2017) perspectivam a ocupação como uma nova forma de fazer política que se evidencia no ativismo de gênero e sexualidade pela “desconstrução dos discursos homofóbicos, racistas e sexistas” que persistem na escola, por exemplo em “situações de preconceito que estudantes ainda sofrem por parte de colegas e professor@s” (p. 111). De modo próximo, Silva e Melo (2017) abordam a atuação política de jovens mulheres nas ocupações, desde a organização e a divisão das tarefas pautadas pela igualdade de gênero.

Grosso, Trevisan, Borges e Benetti (2017) analisam o potencial formativo das ocupações no Sul de Minas Gerais mediante conceitos como autogestão, formação política e diálogo intergeracional, relacionando-os à conjuntura política mais ampla do país e aos movimentos sociais recentes. Para os autores, comparado com concepções tradicionais de socialização política, o modelo de autogestão das ocupações se mostra superior, visto que, pautado pela horizontalidade e pela partilha intergeracional, produz um tipo de

formação política que nega a ideia de que é preciso primeiro se “qualificar” ou se “habilitar” com valores e atitudes fundamentais, antes de poder agir politicamente e apresentar-se ao mundo público. Ao contrário, concebe-se que o jovem já é um ser político, capaz de agir publicamente e promover mudanças relevantes na ordem social desde seu ponto de vista a respeito dos assuntos públicos (GROSSO; TREVISAN; BORGES; BENETTI, 2017, p. 148).

Isso amplia as possibilidades de análise das implicações políticas das ocupações estudantis; os autores propõem que, nas ocupações – para o movimento estudantil –, não se trata somente de enfrentar as imposições de políticas educacionais pelo governo, mas de enfrentar múltiplas amarras da subalternidade do lugar socialmente reservado aos jovens, como sujeitos incompletos e em formação que devem permanecer submissos e obedientes. De modo convergente, Corsino e Zan (2017) focalizam a tensa relação estabelecida por ocupantes de São Paulo em 2015 com gestores e força policial, entre outros atores institucionais, tornando visíveis situações de medo e intimidação que foram enfrentadas pelas/os estudantes ocupantes.

Nesse retorno do movimento secundarista à cena política brasileira se faz notar a liderança de jovens estudantes mulheres e a atuação de coletivos políticos feministas, incluindo

o papel de destaque e participação ativa que as meninas adquiriram nesse movimento. [...] Na ocupação, meninas negras, lésbicas e bissexuais assumiram importantes funções nos processos de organização e de tomada de decisão, fato representativo de como a ocupação da escola produziu outro ambiente de aprendizagem, mais participativo e democrático (CORSINO; ZAN, 2017, p. 46).

Destaca-se a relevância das questões de gênero e sexualidade na participação política dos jovens nas ocupações estudantis, presentes nas problematizações de diversos autores. Jovens mulheres estudantes se fizeram presentes de forma ativa e criativa, elaborando demandas de igualdade de gênero e respeito à diferença incorporadas à pauta do movimento pelas suas ações, subvertendo relações estruturadas pelos papéis de gênero e ampliando seus espaços de existência, potencializando a resistência estudantil.

Por último, chegamos ao conjunto de artigos que mobilizam perspectivas da diferença (AP-SIS, 2017; ALVIM; RODRIGES, 2017; COUTINHO; ANDRADE, 2017; LEITE, 2017), a fim de verificar como essas/es autoras/es problematizam as resistências produzidas pelos estudantes nas ocupações estudantis e focalizam questões de gênero e sexualidade em sua participação política.

Tendo a “diferença como ponto de partida teórico-metodológico e como focalização temática” com base em teorizações de J. Butler e J. Derrida, Leite (2017) desenvolve uma abordagem desconstrutora e interseccional das ocupações estudantis, problematizando processos de identificação de juventude que eclodem nas ocupações estudantis e que são diretamente marcados pelas questões de gênero e sexualidade.

Pela proposição da identificação performativa da juventude e de categorias acerca da performatividade da linguagem, a autora observa múltiplas identificações postas em jogo no embate político travado pelas/os jovens ocupantes, revelando os atravessamentos de marcadores sociais da diferença pertinentes na contingência observada, tais como etária, étnico-racial e socioeconômica, de gênero e sexualidade, indicando a integração dessas dimensões nos processos de identificação das/os jovens estudantes ocupantes feministas e LGBT.

Nesse processo, a autora aponta para as desconstruções dos “sentidos mais estabilizados na sociedade [que] tendem a subalternizar aquelas pessoas, pela idade, condição de estudante e situação de classe” (LEITE, 2017, p. 35), que se configuram como uma “identificação do jovem estudante da escola pública” (p. 36), a partir de significações – negativas que recaem sobre os estudantes – produzidas em função das precariedades que atingem suas escolas, dos autoritarismos que marcam o projeto educacional e da relação entre agentes públicos e a escola, das desigualdades que obstruem suas existências e desejos.

Alvim e Rodrigues (2017) significam as ocupações e os coletivos estudantis como “práticas resistentes amplamente autônomas e, em grande medida, contrárias às práticas pedagógicas dos colégios” (ALVIM; RODRIGUES, 2017, p. 89), evidenciando os mecanismos de perseguição e

punição adotados contra estudantes e professores.

O olhar dos autores pretende, com apoio na cartografia deleuziana, escapar das regularidades e “pensar as resistências como fluxos capazes [de] fazer o mundo fugir em direção a outros mundos possíveis” (ALVIM; RODRIGUES, 2017, p. 78), entendendo que os “coletivos, movimentos e protestos têm se tornado experiências cada vez mais ‘virais’ nos espaços escolares” (p. 76) e que as ocupações se constituem como “parte de uma rede mais ampla de lutas secundaristas” (p. 76) em que se evidencia a participação política das “secundaristas feministas” (p. 82).

Com efeito, os coletivos estudantis são denominados pelos autores como “micromáquinas de resistências” (p. 80) às opressões normativas vivenciadas nos espaços escolares em que se constroem, criando redes de solidariedade e apoio mútuo que se estendem para além das escolas em que se construíram. Alvim e Rodrigues (2017) evidenciam a ação coordenada entre coletivos e ocupações, além da atuação prévia dos coletivos em espaços escolares que, posteriormente, seriam ocupados por seus estudantes, integrando um movimento mais amplo. Assim,

por um lado, as ocupações funcionam como investida “momentânea” sobre o espaço escolar, prefigurando uma educação horizontal e autônoma; por outro, os coletivos e os movimentos se instauram com um pouco mais estabilidade nas escolas, propondo, incessantemente, uma (re)educação que comporte, por exemplo, a diversidade de gêneros, de etnias, de orientações sexuais e que respeite a inclinação de alunas e alunos para organizar suas próprias atividades educativas (ALVIM; RODRIGUES, 2017, p. 89).

De modo convergente, Apsis (2017) aponta para a criação de territórios de resistências de minorias pelas ocupações estudantis na esteira de outros movimentos ocorridos no século XXI, propondo, sob uma ótica deleuziana, que “ocupar é questão, então, de onde se coloca o corpo. [...] É necessário que se decida. A criação de territórios é feita na imanência, no aqui e agora, sem maiores delongas: agir, posicionar-se. Ocupar é criar território” (APISIS, 2017, p. 71).

Reafirmando a potencialidade política das ocupações para a Educação desde contribuições da Psicanálise, Coutinho e Andrade (2017) entendem que se trata de “um modo novo de fazer laço na escola” por estudantes que assumem seu lugar como “sujeitos desejantes que reivindicam e recriam a escola” (p. 48) e produzem deslocamentos nas relações hierárquicas da estrutura educacional pelo engajamento. Recriados esses “laços horizontais que sustentam o projeto da escola que se deseja no coletivo”, reafirma-se “a escola em seu lugar de transmissão e construção de conhecimento” (p. 60).

Analisando as ocupações do ponto de vista da perspectiva decolonial, para Larchert (2017) é “na negociação e no conflito que o movimento Ocupa foi tomando forma e conteúdo político-educacional” (LARCHERT, 2017, p. 9) e criando “um processo de ensinar e aprender na forma de ser protagonistas das suas aprendizagens, constituindo um currículo cotidiano de sobrevivência,

transmitido nas estratégias do convívio comunitário e permitindo que o conhecimento ali produzido seja coletivamente materializado” (LARCHERT, 2017, p. 20).

3 Conclusão

Na revisão da produção acadêmica do campo da Educação sobre participação política da juventude em contextos de escolarização, destaca-se o impulsionamento da temática em função das ocupações estudantis, que, no agrupamento analisado, se concentra especialmente no dossiê publicado em 2017 pela revista *Educação Temática Digital*. De modo distinto, no recorte adotado encontramos baixa recorrência da temática nos anos anteriores, tal como se destaca em levantamentos anteriores (SPOSITO, 1997; 2009).

No tocante ao adensamento que corresponde às ocupações, entendemos que não se trata somente de maior incidência de perspectivas da participação política estudantil, mas também de novas abordagens e questões que emergem na produção acadêmica. Com as ocupações, as análises sobre participação política juvenil em contextos escolares parecem se deslocar da predominância das reflexões sobre espaços institucionais de organização (MENEZES; COSTA; FERREIRA, 2010; DAYRELL; GOMES; LEÃO, 2010; MARTINS; DAYRELL, 2013; MENEZES; FERREIRA, 2014) para uma noção mais ampla sobre participação política juvenil que extrapola a institucionalidade e as assimetrias correlatas, colocando em perspectiva novas dimensões do reconhecimento da juventude como sujeito e das potencialidades da condição estudantil de modo relativo a novos modos de fazer política (RATTO; GRESPAN; HADLER, 2017) e à ampliação dos sentidos da ação política (ALVIM; RODRIGUES, 2017; COUTINHO; ANDRADE, 2017; LEITE, 2017).

Entretanto, a baixa mobilização de problematizações sobre o conceito de juventude e sobre a condição juvenil é acompanhada da recorrência de pesquisas descritivas das ações estudantis em determinada conjuntura política, de modo que, distanciados das teorizações sobre juventude, aspectos como autonomia, horizontalidade e descentralização, além do caráter pedagógico da auto-gestão do movimento, são tomados como características reconhecidas e pouco problematizadas das ocupações estudantis.

A emergência da ação do movimento estudantil no contexto da crise política, econômica e institucional brasileira, que é acompanhada do adensamento de produções acadêmicas, converge no avanço do reconhecimento da juventude como sujeito de processos formativos próprios e de mobilizações políticas significativas para o país, na aposta numa noção de juventude capaz de falar por si, de ser responsável, de elaborar demandas, de criar estratégias de ação e proteção, consequentemente desestabilizando sentidos tradicionais e profundamente sedimentados de juventude.

Na presente pesquisa bibliográfica, evidentemente, pudemos apenas reconhecer um conjunto inicial de produções que compõem um lastro muito mais amplo e um debate que segue aberto no decurso desses anos recentes. Contudo, a presença de coletivos feministas e LGBT nas ocupações estudantis e os apontamentos da sua prévia existência germinando nos contextos escolares (ALVIM; RODRIGUES, 2017; GROppo; TREVISAN; BORGES; BENETTI, 2017) constituem apontamentos importantes, na medida em que indicam uma processualidade dessas práticas políticas que merece ser investigada para além do momento em que a eclosão das ocupações produz visibilidade sobre a liderança de jovens mulheres e sobre o retorno do movimento secundarista à cena política brasileira.

Referências

- ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. esp., nº 5 e 6, p. 25-36, maio/jun./jul./ago.-set./out./nov./dez. 1997.
- ABRAMO, Helena W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, Maria Virgínia de (Coord.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 19-39.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt; BASTOS, Maria Helena Camara Bastos. Culturas juvenis dos anos 1980 nas páginas do periódico estudantil: “JB – O Jornal do Becker” (Colégio Estadual D. João Becker – 1985/1986). *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, nº 57, p. 239-259, jul./set. 2015.
- ALVIM, Davis Moreira; RODRIGUES, Alexsandro. Coletivos, ocupações e protestos secundaristas: a fênix, o leão e a criança. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, n. esp., p. 75-95, jan./mar. 2017.
- AP SIS, Renata Lima. Minorias e territórios: ocupações. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v.19, n. esp., p. 63-74, jan./mar. 2017.
- CATINI, Carolina de Roig; MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. Escolas de luta, educação política. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, nº 137, p. 1.177-1.202, out./dez. 2016.
- CORSINO, Luciano Nascimento; ZAN, Dirce Djanira Pacheco. A ocupação como processo de descolonização da escola: notas sobre uma pesquisa etnográfica. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, nº 1, p. 26-48, jan./mar. 2017.
- COSTA, Luciano Bedin da; SANTOS, Manuella Mattos dos. Espaços virtuais moventes das escolas ocupadas de Porto Alegre: o apoio mútuo como base da inteligência coletiva. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, nº 1, p. 49-72, jan./mar. 2017.
- COUTINHO, Luciana G.; ANDRADE, Cláudia B. O que as ocupações nos ensinam sobre a adolescência, o laço social e a educação? *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, n. esp., p. 48-63, jan./mar. 2017.
- DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma Lino; LEÃO, Geraldo. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? *Educar em Revista*, Curitiba, Editora UFPR, nº 38, p. 237-252, set./dez. 2010.

FLACH, Simone F.; SCHLESENER, Anita H. Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v. 19, n° 1, p. 165-186, jan./mar. 2017.

GROPPO, Luís A.; TREVISAN, Júnior; BORGES, Lívia F.; BENETTI, Andréa M. Ocupações no Sul de Minas: autogestão, formação política e diálogo intergeracional. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v. 19, n° 1, p. 141-164, jan./mar. 2017.

LARCHERT, Jeanes Martins. Cala boca, menino! O menino não cala, resiste. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v. 19, n. esp., p. 1-22. jan./mar. 2017.

LEITE, Miriam S. No “colégio dos alunos, por alunos, para alunos”: feminismo e desconstrução em narrativas das ocupações. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v. 19, n. esp., p. 23-47, jan./mar. 2017.

MARTINS, Francisco André Silva; DAYRELL, Juarez Tarcísio. O grêmio estudantil como espaço educativo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n° 4, p. 1.267-1.282, out./dez. 2013.

MENEZES, Isabel; FERREIRA, Pedro. Cidadania participatória no cotidiano escolar: a vez e a voz das crianças e dos jovens. Educar em Revista, Curitiba, Editora UFPR, n° 53, p. 131-147, jul./set. 2014.

MENEZES, Jaileila de Araújo; COSTA, Mônica Rodrigues; FERREIRA, Danielle de Farias Tavares. Escola e movimento hip hop: o campo das possibilidades educativas para a juventude. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v. 12, n. esp., p. 83-106, set. 2010.

PAES, Bruno Teixeira; PIPANO, Isaac. Escolas de luta: cenas da política e educação. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v. 19, n° 1, p. 3-25, jan./mar. 2017.

PEÇANHA, Valéria Lopes. Sem temer: Demandas de gênero e sexualidade e deslocamentos na tradição do movimento estudantil do Colégio Pedro II. 2021. 296 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

RATTO, Cleber Gibbon; GRESPAN, Carla Lisbôa; HADLER, Oriana Holsbach. “Ocupa 1° de Maio”: Ciberdemocracia, cuidado de si e sociabilidade na escola. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v. 19, n° 1, p. 99-118, jan./mar. 2017.

SEVERO, Ricardo Gonçalves; SEGUNDO, Mario Augusto Correia San. #OcupatudoRS – Socialização política entre jovens estudantes nas ocupações de escolas no Rio Grande do Sul. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v. 19, n° 1, p. 73-98, jan./mar. 2017.

SILVA, Andréa Villela Mafra da; MELO, Keite Silva de. #OcupaIserj: Estratégias comunicacionais do movimento de ocupação do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v. 19, n° 1, p. 119-140, jan./mar. 2017.

SPOSITO, Marília P. Estudos sobre juventude e educação. Revista Brasileira de Educação, n. esp., n° 5 e 6, p. 37-52, maio/jun./jul./ago.-set./out./nov./dez. 1997.

SPOSITO, Marília P. O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). vols. 1 e 2. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

ZIBAS, Dagmar M. L. “A Revolta dos Pinguins” e o novo pacto educacional chileno. Revista Brasileira de Educação, v. 13, n° 38, p. 199-220, maio/ago. 2008.